

## **INCLUSÃO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV).**

Maria Mabel Nunes de Moraes;

Raiany Augusto Carvalho;

Samara Pereira de Sousa;

Édja Larissa Simão de Lacerda;

Maria Aparecida F. Menezes Suassuna.

Faculdade Santa Maria – FSM- Cajazeiras/PB

mabelmoraes\_psi@outlook.com

### **Introdução**

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) foi implantado em 2005 “como parte do conjunto de ações instituídas pelo governo federal para a conformação de uma Política Nacional de Juventude (...) visando o estabelecimento da institucionalidade de políticas direcionadas para esse segmento.”(ANDRADE, et al., 2009, p. 74.). Quando o programa foi criado, o seu objetivo estava destinado “à inclusão social de jovens de 18 a 24 anos, tendo como meta a integração entre o aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (formação inicial) e a ação comunitária.” (ANDRADE, et al., 2009, p. 74).

Em 2008 o programa foi analisado e passou por algumas reformulações para abranger um número maior de jovens, assim, foram criadas várias outras vertentes do

programa, como: O Projovem Urbano, o Projovem adolescente, o Projovem do campo e o Projovem Trabalhador (ANDRADE, et al., 2009). O Projovem adolescente que posteriormente passou a ser vinculado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tinha “o objetivo de complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.” (ANDRADE, et al., 2009, p. 75).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferta atividades que visam fortalecer a convivência entre os assistidos, familiares e comunidade. As ações são desenvolvidas através de oficinas como: teatro, dança, palestras, entre outros. Essas atividades têm por objetivo fortalecer o vínculo envolvendo toda a comunidade nos serviços ofertados pela Entidade.

O SCFV é um programa com aspectos relevantes e positivos, pois tenta atenuar as situações de risco em que determinada parte de uma população possa se encontrar, ou seja, alunos em situação de vulnerabilidade social e conseqüentemente privações de direitos básicos.

Como forma de compreender melhor a perspectiva do programa, foi feita uma pesquisa de campo, na qual entrevistamos a psicóloga do CRAS da cidade de Cachoeira dos Índios/PB, a psicóloga e a orientadora social do CRAS de Pau dos Ferros/RN e a Assistente Social do CRAS de Cajazeiras/PB. Com intuito de identificar qual a distância entre o que é proposto no serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e o que o município coloca em prática.

O objetivo principal deste trabalho é identificar através de uma pesquisa de campo qual a distância entre o que é proposto pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com a prática deste nos municípios, ressaltando a importância deste serviço para a inclusão social de crianças, jovens e adultos.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS, s/d) afirma que cada situação de fragilidade social enfrentada pelos cidadãos deve ser entendida e receber uma atenção diferenciada, e a proteção básica de assistência social deve entender as famílias como ponto de partida para a organização e prestação de serviços, estimulando assim a participação social.

Por isso, “foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que institui, na Proteção Básica, quatro serviços de convivência e fortalecimento de vínculos” (MDS, s/d).

O SCFV é realizado em grupos que são organizados de acordo com a faixa etária. O objetivo desse serviço é “prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (MDS, s/d) Dessa forma, esse programa possui caráter preventivo.

De acordo com Carmo, et al. (2010),

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas constituem segmentos mais vulneráveis à violação de seus direitos e que constitui responsabilidade da Assistência Social potencializar seus vínculos familiares e comunitários, sua autonomia e possibilidade de participação na vida comunitária. (CARMO, et al. 2010, p. 51)

Para tanto, observa-se a importância do programa no aspecto de inclusão das famílias, principalmente os jovens e as crianças, na comunidade com intuito de incentivá-los a participar da vida comunitária e inseri-los na sociedade como cidadão de direitos e obrigações.

Segundo o MDS (s/d) todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Os grupos são divididos da seguinte forma:

- Crianças até 6 anos

- Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos
- Pessoas Idosas

No ano de 2013 o SCFV passou por um reordenamento, pois até então era distribuído em pisos, da seguinte forma:

- Piso Básico Variável I (Projovem Adolescente – PJA);
- Piso Básico Variável II (criança e pessoa idosa) e
- Piso Variável de Média Complexidade (Serviço Socioeducativo do PETI).

Segundo o MDS (s/d), a proposta do Reordenamento do SCFV consiste em unificar as regras de ofertas e estabelecer que os recursos federais originários de todos os Pisos passem a cofinanciar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por meio de um único piso.

Dessa forma, nota-se que a partir do reordenamento todos os serviços do SCFV passaram a ser ofertado a partir de apenas um piso, denominado Piso Básico Variável (MDS, s/d). Apesar de passar a ser apenas um piso, o SCFV continua sendo dividido em grupos de acordo com a faixa-etária, como foi explicado anteriormente.

O MDS elenca algumas situações que são consideradas público prioritário para que o adolescente, a criança e o idoso sejam inseridos no SCFV. Tais situações são:

- ✓ Em situação de isolamento;
- ✓ Trabalho infantil;
- ✓ Vivência de violência e, ou negligência;
- ✓ Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
- ✓ Em situação de acolhimento;
- ✓ Em cumprimento de MSE em meio aberto;



- ✓ Egressos de medidas socioeducativas;
- ✓ Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- ✓ Com medidas de proteção do ECA;
- ✓ Crianças e adolescentes em situação de rua;
- ✓ Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Segundo o MDS (s/d), o SCFV tem o seu foco voltado para a socialização no contexto de vulnerabilidades sociais, tentando intervir na forma de fortalecimento de vínculos, com o intuito de prevenir situações de exclusão e risco social peculiar a cada ciclo de vida da população.

Diante de tais critérios estabelecidos pelo MDS e partindo do pressuposto de que a Inclusão Social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão de sujeitos da vida em sociedade, entendemos que esta Política Pública traz em seu bojo de discussão e ação uma proposta de inserção - tanto de crianças, quanto de jovens e adultos - a meios de empoderamento e fortalecimento comunitário.

Como já foi citado, o SCFV está interligado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), sendo a ele agregado, com o objetivo de prevenir a institucionalização e a exclusão de crianças, adolescentes, jovens e idosos, criando oportunidades de acesso às informações sobre os direitos de cada um enquanto cidadãos. Tentando ainda desenvolver um sentimento de pertença e convivência comunitária (MDS, s/d).

Ou seja, o SCFV visa contribuir no desenvolvimento da autonomia, convívio comunitário e prevenção de situações de risco social. A intervenção é feita de acordo com a demanda de cada comunidade em diferentes faixas etárias beneficiando toda a população.

É importante ressaltar que este serviço vem a possibilitar principalmente ao jovem uma perspectiva de desenvolvimento da autonomia e empoderamento social, visto que segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 736), o empoderamento “significa



aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressões, discriminação e dominação social.”.

Nessa perspectiva, podemos identificar o desenvolvimento da autonomia e empoderamento como parte de um resultado de inclusão dos jovens, que vivem em situação de vulnerabilidade, na sociedade.

O trabalho desenvolvido no SCFV é multidisciplinar, na qual envolve assistente social, psicopedagogo, psicólogo e orientadores sociais. É importante haver essa colaboração e esse trabalho em grupo, pois, segundo Melo, et al. (2010),

Possibilita a troca de informações e experiências entre os profissionais das diversas áreas, contribuindo para um trabalho mais amplo com as famílias, que compreenda seus novos arranjos, os processos de subjetivação histórico-sociais e as práticas existentes na tessitura territorial. São as diferenças de especialização que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando diferenças. (MELO, et al., 2010, p. 03).

Dessa forma, os profissionais atuam para contribuir no fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, para tanto esse trabalho é feito numa perspectiva de inclusão social. Assim, desenvolvendo também as potencialidades e aquisições pessoais e coletivas dos indivíduos e garantindo seus direitos como cidadãos.

## Metodologia

A pesquisa de campo foi realizada de informalmente, levando em consideração que o trabalho foi feito para obtenção de créditos na disciplina de Políticas Públicas da Educação.

Esta pesquisa é de caráter exploratório que tem como fim esclarecer o objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e comparar à realidade encontrada nos CRAS em que a pesquisa foi feita.

A pesquisa foi realizada nos CRAS das cidades de Cajazeiras/PB, Cachoeira dos Índios/PB e Pau dos Ferros/RN. A amostra da pesquisa que respondeu a entrevista foram os indivíduos que trabalham no CRAS, entre eles estão inseridos as psicólogas, a assistente social e oficinas.

O instrumento utilizado para coletar os dados foi uma entrevista semi-estruturada, elaborada pelas pesquisadoras.

A análise dos dados foi feita qualitativamente e através de métodos fenomenológicos, pois a partir disso, serão feitas comparação com outros fenômenos semelhantes.

#### Análise dos resultados

Foram entrevistados os CRAS das cidades de Cajazeiras/PB, Cachoeira dos Índios/PB e Pau dos Ferros/RN. A preferência da entrevista era com os psicólogos, no entanto, houve alguns problemas e não conseguimos entrevistar precisamente o psicólogo em cada cidade citada.

Em Cajazeiras, a pessoa entrevistada foi a Assistente Social; esta profissional respondeu todas as perguntas. No entanto, é perceptível que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não é ofertado da maneira que é proposta pelo MDS. Pois, nota-se que neste CRAS encontram-se apenas o grupo de idosos, crianças e mulheres, ressalta-se que o grupo de mulheres não está inserido no SCFV, segundo o MDS (s/d). E ainda que na proposta do MDS (s/d) o serviço deve ter um grupo de adolescentes com idades entre 15 e 17 anos.

No decorrer da entrevista foi perguntado a respeito do grupo de adolescentes que o MDS propõe e a assistente social informou que o grupo, o antigo Projovem, não funcionava no CRAS e sim no Caique da cidade. Mas, no momento atual não estava havendo a oferta dos serviços por causa de irregularidades. Dessa forma, nota-se que o

reordenamento do serviço proposto pelo MDS pode não ter sido feito, ressaltando que o gestor do município que não fizesse, perderia o serviço na sua cidade (MDS, s/d).

No mais, percebe-se que nos grupos que funcionam no CRAS de Cajazeiras/PB, as atividades são desenvolvidas da forma que é sugerida pelo MDS, como palestras, dinâmicas, leituras, pinturas, cursos que possam gerar rendas e contribuir para a socialização do indivíduo.

Em Cachoeira dos Índios/PB, a entrevista foi feita com a psicóloga, percebe-se que neste CRAS o serviço é ofertado para todos os grupos que o MDS propõe e é desenvolvido de forma correta, também são feitas várias atividades, como relata a psicóloga *“temos aula de dança, capoeira, arte- culinária, teatro, sessões de cinema, atividades de pintura, palestras, bingos, passeios dentre muitas outras”*.

Com relação ao Projovem, a psicóloga relatou que antes havia uma parcela menor da população inserida no grupo, e que hoje ainda precisa-se fazer mais incentivos para que mais usuários sejam inseridos, pois como relata à psicóloga *“muitos não se interessam pelos serviços prestados e sempre busca receber o bom e velho “bolsa escola”, parece que este era um dos maiores incentivadores na época do PROJOVEM E PETI, e nos dias de hoje sempre tem aquela pergunta: recebo algo”?*

Na cidade de Pau dos Ferros/RN, a psicóloga estava presente, no entanto não soube responder a todas as perguntas devido ao pouco tempo em que está trabalhando no local e a entrevista foi feita com a orientadora social. No decorrer da entrevista foi percebido que neste CRAS também são inseridos todos os grupos (o de crianças, jovens e adolescentes e o de idosos) que o MDS estabelece e até um a mais que é o grupo de homens.

Segundo a orientadora social, nos grupos são desenvolvidas atividades de socialização e convivência com o outro, através de palestras e oficinas. Como também, atendimento individual com as pessoas que necessitam. A psicóloga relatou que a escuta é feita em até no máximo três sessões, se houver ainda uma demanda naquele caso, ela



os encaminha para o CAPS ou o NASF para que exista um acompanhamento maior do caso.

Segundo a orientadora social com relação ao Projovem, foi mudado apenas o nome, porque o Projovem sempre funcionou no CRAS e as atividades que eram desenvolvidas antes são as mesmas desenvolvidas hoje no grupo de adolescentes. Ela ainda relata que *“não é aquela coisa de conteúdo escolar ou de reforço não, é mais voltado assim para a questão da assistência, de trabalhos assim voltado mais para a questão de orientação, de promoção de renda, de eles aprenderem a fazer alguma atividade”*.

## Conclusão

O presente trabalho oportunizou um estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que exigiu uma pesquisa teórica e de campo para que pudéssemos entender melhor como funciona esse serviço.

Foram analisados nesta pesquisa, os seguintes pontos: O funcionamento do SCFV; Quem são os seus usuários; Os benefícios do programa; e como atuam os profissionais envolvidos. Também foram entrevistados profissionais que atuam diretamente no programa para que pudéssemos analisar o que era proposto na Política Pública e como está ocorrendo na prática.

Esta análise permitiu concluir que o SCFV é cumprido de forma regular em algumas cidades e em outras, por conta de irregularidades, ou destoam do que é proposto ou não funcionam de forma alguma.

Em geral, esse estudo foi instrutivo e reflexivo. Instrutivo no quesito esclarecimento a respeito do tema, que até então não conhecíamos o seu real funcionamento, e reflexivo no ponto em que nos deparamos com locais que por irregularidades em sua gestão, perdem os programas do governo que poderia tirar a população de uma vulnerabilidade social gritante tal qual vemos hoje nas cidades.

## Referências

ANDRADE, E. R. [et al]. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos.** Em aberto, Brasília. v. 22, n. 82, p. 73-79, 2009. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1579/1271>>. Acesso em: 16.Out.2014.

CARMO, et al. **Cras um espaço de formação e capacitação dos jovens.** Seminário Integrado, presidente prudente. v. 04, p. 49-58, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/view/2753/2531>>. Acesso em: 20. Out. 2014.

KLEBA, M. E. e WENDAUSEN, A. **Empoderamento: o processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** Saúde Soc., São Paulo. v. 18, n. 4, p. 733-743. 2009.

MELO, A. X., et al. **Avanços na Assistência Social brasileira: o trabalho multidisciplinar e a prática com grupos.** Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos. 2010. Disponível em: <<http://www.madres.org/documentos/doc20110113144737.pdf>>. Acesso em: 20. Out.2014

**Ministério da Saúde e Combate a Fome (Mds).** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 26. set.2014.